



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA DA UNIÃO  
**INFORMAÇÕES n. 00005/2024/CONSUNIAO/CGU/AGU**

**NUP: 00692.003282/2023-51**

**INTERESSADOS: PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA E OUTROS**

**ASSUNTOS: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E OUTROS**

Direito Penal e Processo Penal. Questionamentos sobre a vida sexual pregressa e sobre o modo de vida da vítima na apuração e processamento de crimes contra a dignidade sexual. Normas constitucionais, legais e diplomas internacionais que compõem o arcabouço interpretativo das normas questionadas. Precedentes do Supremo Tribunal Federal, firmados no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade de interpretações de normas processuais penais que desqualifiquem e diminuam as mulheres vítimas de violência. ADI 7267. ADPF 779. Manifestação pela procedência parcial dos pedidos formulados, para se conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “elementos alheios aos fatos objeto de apuração” contida no art. 400-A do CPP, assentando que é vedado às partes e a seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como elementos inseridos na expressão referida, nesse tipo de crime, assim como à expressão “bem como ao comportamento da vítima” contida no art. 59 do CP, para excluir a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

Senhor Consultor-Geral da União,

### **I - Relatório**

1. Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1107, ajuizada pela Procuradora-Geral da República, a qual contesta "a prática de tolerar e validar, em processos apuratórios e de julgamento de crimes contra a dignidade sexual, questionamentos sobre a vida sexual pregressa e o modo de viver da vítima" (fl. 01 da petição inicial).

2. Nos termos da petição inicial, "a atuação (comissiva e omissiva) do poder público viola frontalmente os princípios constitucionais da dignidade humana, da dignidade e liberdade sexual, da igualdade de gênero, do devido processo legal e os objetivos contidos no art. 3º da Constituição" (fl. 03 da petição inicial).

3. Nesse sentido, a autora menciona o art. 400-A do Código de Processo Penal, incluído pela Lei n. 14.245/2021 e indica disposições constitucionais e tratados internacionais relativos à proteção e defesa dos direitos das mulheres, enfatizando a importância de uma abordagem que respeite a dignidade humana e a igualdade de gênero. Dentre os casos mencionados, destacam-se o caso *Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil*, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2021, no qual o Estado brasileiro foi responsabilizado por "não garantir o direito de acesso à justiça sem discriminação, assim como o direito à igualdade" (fl. 21 da petição inicial); e a alegada relação com a ADPF n. 779, recentemente julgada pelo Supremo Tribunal Federal, em que se rechaçou a possibilidade de uso da tese da "legítima defesa da honra" no processamento de feminicídios.

4. Diante dos argumentos expostos, requer a concessão de medida cautelar, "a fim de declarar, de imediato, a inconstitucionalidade da prática de desqualificação da mulher vítima de crime de estupro, vedando-se a sua promoção pela defesa do acusado do crime e a sua consideração ou ratificação pelo órgão julgador, e impelindo-se o poder público a reprimi-la com veemência" (fl. 32 da petição inicial).

5. No mérito, formula os seguintes pedidos:

Ao final, postula que se julgue procedente o pedido, para (i) declarar a inconstitucionalidade da prática de desqualificar a mulher vítima de violência sexual durante a instrução e o julgamento de crimes dessa natureza e, em consequência

(i.1) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “elementos alheios aos fatos objeto de apuração” contida no art. 400-A do CPP, assentando expressamente que é vedado às partes e a seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como elementos inseridos na expressão referida, nesse tipo de crime;

(i.2) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “bem como ao comportamento da vítima” contida no art. 59 do CP, para excluir a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

(i.3) assentar que o órgão jurisdicional responsável pela condução do processo de julgamento de crimes sexuais está obrigado a coibir com veemência essa prática inconstitucional, não só mediante a representação do agressor (qualquer dos sujeitos processuais) aos órgãos com atribuição para a sua responsabilização, penal e administrativa – sob pena de responsabilização nas esferas adequadas por descumprimento do dever legal –, como também por meio da completa desconsideração dessas alegações, sujeitando sua decisão à nulidade. (Fls. 32/34 da petição inicial).

6. O processo foi distribuído à Ministra Cármen Lúcia, que, nos termos do art. 10 da Lei n. 9.868/1999, solicitou informações ao Presidente da República.

7. É o relatório do essencial.

## II - Fundamentação

8. Sendo a dignidade da pessoa humana fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso III, da Constituição Federal), e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, assim como a promoção do bem de todos e de todas, objetivos fundamentais previstos no art. 3º, incisos I e IV do Texto Constitucional, a controvérsia trazida na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental revela a amplitude do caminho que ainda precisa ser enfrentado para que, de fato, homens e mulheres sejam iguais em direitos e obrigações, como preceitua o inciso inicial do artigo 5º da Constituição Federal. Revela, também, a importância da jurisdição constitucional, para coibir violências sofridas no âmbito de processos judiciais de apurações de crimes contra a dignidade sexual, interrompendo o ciclo de revitimização que não raro atinge as pessoas afetadas por esses delitos.

9. Conforme indicado na petição inicial, "a tese que se busca ver reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal atinge objetivamente homens e mulheres, ambos vítimas potenciais do crime de estupro" (fl. 02 da petição inicial). Apesar disso, considerando-se a notada preponderância de vítimas mulheres em crimes como o estupro, justifica-se o enfrentamento da questão com perspectiva de gênero.

10. No plano normativo, além das regras constitucionais destinadas à proteção e valorização das mulheres, o Brasil aderiu a uma série de tratados internacionais que reforçam o compromisso de erradicar a discriminação e promover condições dignas para as mulheres, em diversas esferas da vida. Nesse sentido, pode-se citar a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Decreto n. 4.377/2002, cujo artigo 15, item 2, prevê que "os Estados-Partes reconhecerão à mulher, em matérias civis, uma capacidade jurídica idêntica do homem e as mesmas oportunidades para o exercício dessa capacidade. Em particular, reconhecerão à mulher iguais direitos para firmar contratos e administrar bens e dispensar-lhe-ão um tratamento igual em todas as etapas do processo nas cortes de justiça e nos tribunais" (sublinhou-se).

11. No âmbito regional, mencione-se a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), promulgada pelo Decreto n. 1.973/1996, cujo artigo 4 enumera, dentre os direitos reconhecidos às mulheres, o "direito a igual proteção perante a lei e da lei" (grifou-se) e o "direito a acesso simples e rápido perante tribunal competente que a proteja contra atos que violem seus direitos". O artigo 7 da referida Convenção prevê os deveres dos Estados, nos seguintes termos:

Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:

- a) abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;
- b) agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;
- c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;
- d) adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade;
- e) tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher;**
- f) estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada a violência, inclusive, entre outros, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos;**
- g) estabelecer mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher sujeitada a violência tenha efetivo acesso a restituição, reparação do dano e outros meios de compensação justos e eficazes;
- h) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção. (Grifou-se).

12. Internamente, também há inúmeros diplomas legais editados a fim de coibir violências perpetradas contra as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006); da Lei n. 13.104/2015, que passou a prever o feminicídio como qualificadora do homicídio e, mais recentemente, a Lei n. 14.245/2021, que "altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer)", a qual, inclusive, inseriu o art. 400-A, ora sob análise, no Código de Processo Penal.

13. Apesar do amplo arcabouço normativo, o quadro de violência contra as mulheres no Brasil ainda é alarmante. Veja-se, por exemplo, o que indicou o Ministério das Mulheres, nas **INFORMAÇÕES n. 00002/2024/GAB-CONJUR-MM/CONJUR-MM/CGU/AGU:**

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, o número de estupros de mulheres e meninas em 2021 foi de 15.312 e em 2022 foi de 16.648, tendo um aumento de 8,2%. Estes números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual experimentada por mulheres e meninas. Além disso, os registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano. Segundo o relatório de violência contra meninas e mulheres do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no primeiro semestre de 2023, os números mostram que o Estado brasileiro segue falhando na tarefa de proteger suas meninas e mulheres: os feminicídios e homicídios femininos tiveram crescimento de 2,6% este ano quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e os estupros e estupros de vulnerável apresentaram crescimento de 16,3%. Na violência letal contra as mulheres, no seguimento do relatório, no primeiro semestre de 2023, 722 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, crescimento de 2,6% comparado ao mesmo período do ano anterior, quando 704 mulheres foram assassinadas por razões de gênero.

14. Para contribuir com o enfrentamento dessa realidade, o Governo Federal, no dia 08 de março de 2023, instituiu o Programa Mulher Viver sem Violência, "com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da

saúde, da segurança pública, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira" (art. 1º, *caput*, do Decreto n. 11.431/2023).

15. Esse esforço também tem permeado o Poder Judiciário, como ressaltam as informações prestadas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Mulheres, ao se referirem às diretrizes para julgamento com perspectiva de gênero:

Destaca-se, ainda, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 492 de 17 de março de 2023, que estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

16. Esse, portanto, é o arcabouço normativo e fático que permeia a discussão trazida à presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, e à luz do qual os pedidos formulados devem ser analisados. Nesse sentido, vale, novamente, a sua transcrição:

Ao final, postula que se julgue procedente o pedido, para (i) declarar a inconstitucionalidade da prática de desqualificar a mulher vítima de violência sexual durante a instrução e o julgamento de crimes dessa natureza e, em consequência

(i.1) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “elementos alheios aos fatos objeto de apuração” contida no art. 400-A do CPP, assentando expressamente que é vedado às partes e a seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como elementos inseridos na expressão referida, nesse tipo de crime;

(i.2) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “bem como ao comportamento da vítima” contida no art. 59 do CP, para excluir a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

(i.3) assentar que o órgão jurisdicional responsável pela condução do processo de julgamento de crimes sexuais está obrigado a coibir com veemência essa prática inconstitucional, não só mediante a representação do agressor (qualquer dos sujeitos processuais) aos órgãos com atribuição para a sua responsabilização, penal e administrativa – sob pena de responsabilização nas esferas adequadas por descumprimento do dever legal –, como também por meio da completa desconsideração dessas alegações, sujeitando sua decisão à nulidade. (Fls. 32/34 da petição inicial).

17. Quanto aos pedidos i.1 e i.2, vale transcrever os dispositivos questionados:

#### **Código de Processo Penal**

Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:

I - a **manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos**;

II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas. (Grifou-se).

#### **Código Penal**

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, bem como ao **comportamento da vítima**, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: (...) (Grifou-se).

18. Para que seja possível a utilização da técnica de interpretação conforme à Constituição, é necessário que os dispositivos ou as expressões a que se quer conferir sentido compatível com o Texto Constitucional admitam a interpretação que se pretende ver excluída. Nesse sentido, é clássica a lição do Ministro Roberto Barroso, em sede doutrinária, no sentido de que *“a interpretação conforme à Constituição é uma decisão interpretativa, que extrai ou afasta significado compatível com o próprio programa normativo do dispositivo sob exame e que tem por limite o seu teor literal”*<sup>[1]</sup>.

19. No presente caso, apesar da clara inadequação da interpretação impugnada, a leitura dos dispositivos questionados revela que, semanticamente, existe a possibilidade de que as expressões em destaque sejam interpretadas no sentido rechaçado na petição inicial. Além disso, as informações prestadas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Mulheres indicam a permanência de um quadro de revitimização das vítimas de crimes contra a dignidade sexual no âmbito do sistema de justiça, mesmo após o advento da Lei n. 14.245/2021. Confira-se:

29. A despeito da previsão legal de que "circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos" são vedadas na audiência de instrução e julgamento e na instrução em plenário, alusões à vida pregressa da vítima, sua moral sexual, seu recato e pudor ainda são frequentemente arguidos como tese defensiva, seja nas audiências, seja no curso do processo.

30. Ideais patriarcais e misóginos ainda permeiam todos os meios sociais, familiares, profissionais, acadêmicos, refletindo, conseqüentemente, na condução e atuação das partes em processos judiciais. Especialmente em se tratando de crimes contra a dignidade sexual, as mulheres são revitimizadas pela sociedade e pelo próprio sistema de justiça, que reproduzem estes preceitos misóginos. (...)

36. A permanência de alusões à vida pregressa da vítima de crimes sexuais nas audiências, mesmo após a Lei nº 14.245, de 2021, é exemplificada pela absolvição de réu acusado pelo estupro de 12 mulheres, pela 3ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em outubro de 2023, amplamente divulgado pela mídia.

37. Em decisão monocrática, de 12/12/2023, o Recurso Especial apresentado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em face daquela decisão não foi conhecido. Na decisão de não conhecimento também é possível identificar a revitimização e o questionamento da palavra da vítima, conforme ilustra o trecho a seguir:

"Além disso, asseverou-se que, apesar de a palavra da vítima ter extrema relevância nos crimes contra a dignidade sexual, os seus relatos apresentam inconsistências consideráveis, **haja vista que continuou mantendo contato com o réu, tendo, inclusive, mandado mensagens amigáveis para ele, condutas que, a princípio, geram dúvida acerca da prática do delito, porquanto não condizem com a reação hodierna de uma vítima de crime tão grave, que, em regra, gera traumas emocionais profundos nas vítimas.**

Com isso, a instância ordinária, em homenagem ao princípio do in dubio pro reo, não vislumbrou certeza quanto à prática delitiva, em que pesem os relatos trazidos pela vítima.

Nesse aspecto, desconstituir o julgado, buscando uma condenação pela suposta conduta criminosa analisada na origem, não encontra amparo na via eleita, dada a necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, procedimento de análise exclusivo das instâncias ordinárias e vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, ante o óbice Sumular n. 7/STJ." (RECURSO ESPECIAL Nº 2105317 - DF (2023/0391948-1). Ministro Relator Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT).

38. Cita-se, também o caso do juiz cearense que, em 2023, rebateu as afirmações durante audiência de mulheres vítimas em um caso de crime sexual, alegando que mulher é "bicho de mão pesada, bicho da língua grande e que chuta as partes baixas".

39. Esses os casos mais recentes de humilhação das vítimas de crimes sexuais em audiência que ganharam repercussão midiática. Em um país de dimensões continentais, em que a cultura patriarcal e misógina é arraigada, onde é comum a falta de informação e acesso à justiça e a normalização da subalternização da mulher, certamente não se trata de casos isolados.

40. **Breve pesquisa na base de jurisprudência do STJ comprova que não são raras as decisões judiciais que desqualificam a palavra das vítimas considerando elementos alheios ao fato objeto de apuração.** (Grifou-se).

20. Tem-se, assim, que, apesar da edição de lei protetiva, ainda subsistem casos em que ela é interpretada em sentido contrário ao seu espírito e ao próprio Texto Constitucional. Vale ressaltar que, em caso com estrutura normativa extremamente semelhante ao presente, qual seja a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7267, em que se discutia a interpretação inconstitucional do art. 16 da Lei Maria da Penha, o Supremo Tribunal Federal admitiu o cabimento da ação, para afastar a interpretação segundo a qual a audiência prevista no referido dispositivo poderia ser designada de ofício, bem como do reconhecimento de que eventual não comparecimento da vítima implicaria retratação tácita ou renúncia tácita ao direito de representação. Confira-se:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INTERPRETAÇÃO CONFORME DO ART. 16 DA LEI MARIA DA PENHA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE, INCOMPETÊNCIA E AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO. INTERPRETAÇÃO QUE ADMITE DESIGNAÇÃO DE OFÍCIO DA AUDIÊNCIA DE RENÚNCIA À REPRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO INCONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. A promoção de melhorias no sistema de justiça condiz com as atribuições ínsitas ao Ministério Público, razão pela qual a entidade de classe que representa a integralidade de seus membros tem pertinência temática para propor ação direta em face de dispositivo constante da Lei Maria da Penha. 2. Remanescendo questão constitucional, é cabível a propositura de ação direta para afastar interpretação que já tenha sido rejeitada pelo Superior Tribunal de Justiça. 3. A legislação de combate à violência contra mulher deve ser aplicada de maneira estrita, garantido que todos os procedimentos sejam imparciais, justos e neutros relativamente a estereótipos de gênero. 4. O art. 16 da Lei Maria da Penha integra o conjunto de normas que preveem o atendimento por equipe multidisciplinar. Sua função é a de permitir que a ofendida, sponte propria e assistida necessariamente por equipe multidisciplinar, possa livremente expressar sua vontade. 5. Apenas a ofendida pode requerer a designação da audiência para a renúncia à representação, sendo vedado ao Poder Judiciário designá-la de ofício ou a requerimento de outra parte. 6. **Ação direta julgada parcialmente procedente, para reconhecer a inconstitucionalidade da designação, de ofício, da audiência nele prevista, assim como da inconstitucionalidade do reconhecimento de que eventual não comparecimento da vítima de violência doméstica implique retratação tácita ou renúncia tácita ao direito de representação.**

(ADI n. 7267, Relator: Ministro Edson Fachin, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Julgamento em 22/08/2023, Publicação em 11/09/2023; grifou-se).

21. É, *mutatis mutandis*, exatamente o que se pretende na presente arguição: extirpar do ordenamento jurídico a interpretação inconstitucional segundo a qual expressões contidas no artigo 400-A do Código de Processo Penal e no artigo 59 do Código Penal poderiam, na apuração e processamento de crimes contra a dignidade sexual, significar referência à vida sexual pregressa da vítima, reforçando estereótipos misóginos e, no limite, submetendo-a a uma nova violência, desta vez perpetrada ou tolerada por órgãos judiciais.

22. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem caminhado e se firmado no sentido de reconhecer a existência de limites inclusive à utilização de teses defensivas que objetificam e diminuem a mulher pela sua condição de assim existir no mundo. Nesse sentido, é o recente e emblemático julgamento da ADPF n. 779, em que se rechaçou a "argumentação **discriminatória, indigna, esdrúxula e inconstitucional** referente ao uso da tese da legítima defesa da honra", cuja ementa assim dispõe:

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Interpretação conforme à Constituição. Artigo 23, inciso II, e art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e art. 65 do Código de Processo Penal. "Legítima defesa da honra". Não incidência de causa excludente de ilicitude. Recurso argumentativo dissonante da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF). Procedência parcial da arguição. 1. A "legítima defesa da honra" é recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Constitui-se em ranço, na retórica de alguns operadores do direito, de institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres e de tolerância e naturalização da violência doméstica, as quais não têm guarida na Constituição de 1988. 2. Referido recurso viola a dignidade da pessoa humana e os direitos à vida e à igualdade entre homens e mulheres (art. 1º, inciso III, e art. 5º, caput e inciso I,

da CF/88), pilares da ordem constitucional brasileira. A ofensa a esses direitos concretiza-se, sobretudo, no estímulo à perpetuação do feminicídio e da violência contra a mulher. O acolhimento da tese teria o potencial de estimular práticas violentas contra as mulheres ao exonerar seus perpetradores da devida sanção. 3. A “legítima defesa da honra” não pode ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do tribunal do júri, a qual não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas. Devem prevalecer a dignidade da pessoa humana, a vedação de todas as formas de discriminação, o direito à igualdade e o direito à vida, tendo em vista os riscos elevados e sistêmicos decorrentes da naturalização, da tolerância e do incentivo à cultura da violência doméstica e do feminicídio. 4. Na hipótese de a defesa lançar mão, direta ou indiretamente, da tese da “legítima defesa da honra” (ou de qualquer argumento que a ela induza), seja na fase pré-processual, na fase processual ou no julgamento perante o tribunal do júri, caracterizada estará a nulidade da prova, do ato processual ou, caso não obstada pelo presidente do júri, dos debates por ocasião da sessão do júri, facultando-se ao titular da acusação apelar na forma do art. 593, inciso III, alínea a, do Código de Processo Penal. 5. É inaceitável, diante do sublime direito à vida e à dignidade da pessoa humana, que o acusado de feminicídio seja absolvido, na forma do art. 483, inciso III, § 2º, do Código de Processo Penal, com base na esdrúxula tese de “legítima defesa da honra”. Há de se exigir um controle mínimo do pronunciamento do tribunal do júri quando a decisão de absolvição se der por quesito genérico, de forma a avaliar, à luz dos atos processuais praticados em juízo, se a conclusão dos jurados se deu a partir de argumentação discriminatória, indigna, esdrúxula e inconstitucional referente ao uso da tese da legítima defesa da honra. 6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada parcialmente procedente para **(i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção da vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 23, inciso II, ao art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa; (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento; e (iv) diante da impossibilidade de o acusado beneficiar-se da própria torpeza, fica vedado o reconhecimento da nulidade referida no item anterior na hipótese de a defesa ter-se utilizado da tese da legítima defesa da honra com essa finalidade.** 7. Procedência do pedido sucessivo apresentado pelo requerente, conferindo-se interpretação conforme à Constituição ao art. 483, inciso III, § 2º, do Código de Processo Penal, para entender que não fere a soberania dos veredictos do tribunal do júri o provimento de apelação que anule a absolvição fundada em quesito genérico, quando, de algum modo, possa implicar a reprimenda da odiosa tese da legítima defesa da honra.

(ADPF n. 779, Relator: Ministro Dias Toffoli, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Julgamento em 01/08/2023, Publicação em 06/10/2023; grifou-se).

23. A presente arguição traz à luz a relevância de que não apenas as normas materiais, mas também aquelas de índole processual e procedimental, devem ser interpretadas no sentido de preservar a dignidade humana das vítimas de crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam outros tipos de violência de gênero. Sobre o tema, a Professora Janaína Matida recorda que "os estereótipos, os preconceitos e as generalizações espúrias aperfeiçoam o ciclo da violência iniciado pelo agressor, já que **cegam e ensurdecem os operadores jurídicos que desempenham suas funções nas mais diversas etapas processuais**" (grifou-se)<sup>[2]</sup>.

24. Nesse sentido, vale ressaltar os seguintes trechos do Recurso Especial nº 2005618, julgado em 01/12/2023, mencionado nas informações prestadas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Mulheres:

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIREITOS DAS MULHERES. RECONHECIMENTO COMO SUJEITO DE DIREITOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. HIPÓTESE ACUSATÓRIA SUFICIENTEMENTE PROVADA. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR ELEMENTOS EXTERNOS E INDEPENDENTES. INDEVIDO QUESTIONAMENTO DO COMPORTAMENTO DA OFENDIDA. TESTEMUNHOS CARENTES DE ISENÇÃO, INSUFICIENTES PARA CAUSAR DÚVIDA

RAZOVÁVEL. CONCEPÇÃO RACIONALISTA DA PROVA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. RELATORIA INICIAL DE MINISTRA APOSENTADA ANTES DE CONCLUÍDA A VOTAÇÃO. MANUTENÇÃO DE PARTE DOS FUNDAMENTOS E DA REDAÇÃO DA EMENTA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO, COM A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO, PARA REDUZIR A PENA IMPOSTA.1. (...) 3. **A magnitude dos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF) e da isonomia entre homens e mulheres (art. 5º, I, da CF) não se compatibiliza com a existência de atos normativos infraconstitucionais e interpretações que, construídos durante séculos de cultura patriarcal e discriminatória, não encontram mais nenhum respaldo em nossa ordem jurídica constitucional.** 4. No âmbito legislativo, importantes conjuntos de normas jurídicas - em especial, o Código Civil e o Código Penal - foram sendo substituídos ou modificados para se adequar ao novo paradigma constitucional de igualdade entre homens e mulheres, ainda que dispositivos absolutamente retrógrados tenham permanecido em vigor por muitos anos após a promulgação da Constituição Federal em 1988. Basta observar, por exemplo, que os artigos do Código Penal que contemplavam a figura da "mulher honesta", que por décadas promoveram seletividade penal entre vítimas mulheres, somente foram revogados no ano de 2005.5. No âmbito judicial, cumpre-nos interpretar as leis conforme o texto constitucional, e não o oposto, o que, por vezes, representa desconstruir valores e certezas edificadas sob uma cultura sexista rechaçada pela Constituição Federal de 1988, em especial através dos princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia entre homens e mulheres.6. **Cumprido ao Judiciário, como guardião direto ou difuso da Constituição Federal, repelir as interpretações que, sob a roupagem de resguardar a ampla defesa, promovem o julgamento da vítima, ao invés de julgar o acusado. Essa modalidade de discriminação contra as mulheres costuma se camuflar de um rigoroso standard probatório, não existente para outras modalidades de crimes, e até se sofisticada para burlar a leitura constitucional, tais como: legítima defesa da honra, débito conjugal, desqualificação moral da vítima, desvalor do depoimento da ofendida, exigência de resistência física enérgica, de reforço probatório pericial, dentre outros.** Inclusive, essa compreensão que busca identificar e rejeitar o uso de recursos argumentativos abusivos e destituídos de amparo normativo foi recentemente adotada pelo Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela incompatibilidade da tese da legítima defesa da honra com o princípio da dignidade da pessoa humana (ADPF n.º 779, Relator Ministro Dias Toffoli).7. **Ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha inaugurado um novo paradigma de igualdade entre homens e mulheres, as demais fontes do direito - em especial, leis infraconstitucionais, jurisprudência, doutrina e costumes - não absorveram de imediato as mudanças promovidas pela nova ordem jurídica. Esse é um ponto particularmente sensível na promoção dos direitos das mulheres, em especial pelo sistema de justiça criminal: julgadores que, bebendo na fonte de doutrina e costumes incompatíveis com a nova ordem constitucional, perpetuam na jurisprudência um ciclo de violências institucionais contra as mulheres.**8. Trata-se de um problema que alcança a formação dos operadores de direito, os quais, ao longo de décadas, edificaram seus conhecimentos a partir de doutrinas que reforçam a discriminação contra as mulheres e que, inclusive, serviram de base para a formulação da parte geral do Código Penal, consoante se extrai da própria exposição de motivos, ao tratar das circunstâncias judiciais previstas no art. 59. Ainda que não vincule o intérprete, o discurso da exposição de motivos, não é vazio de consequências. Com efeito, operadores do direito e doutrinadores de diversas gerações foram levados a pensar a circunstância judicial do comportamento da vítima - única que só pode ser favorável ao réu - a partir de um exemplo que responsabiliza a ofendida pelo seu "pouco recato".9. **É preciso, portanto, que o julgador busque ativamente se livrar de vieses reforçados pelos estereótipos de gênero, fazendo com o que o julgamento recaia sobre a conduta do réu, e não da vítima, pois, nos termos do Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero do Conselho Nacional de Justiça, "um julgamento imparcial pressupõe, assim, uma postura ativa de desconstrução e superação dos vieses e uma busca por decisões que levem em conta as diferenças e desigualdades históricas, fundamental para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher."** (...) (REsp n. 2.005.618/RJ, Relatora: Ministra Laurita Vaz, Relator para acórdão: Ministro Rogerio Schietti Cruz, Órgão Julgador: Sexta Turma, Julgamento em 21/11/2023, Publicação em 1/12/2023).

25. Não pode haver espaço para retrocessos na proteção, no acolhimento institucional e no acesso a uma ordem jurídica justa pelas vítimas de crimes sexuais, tolerando-se práticas como as descritas na petição inicial, que violam frontalmente o estatuto protetivo constitucional, legal e internacional das mulheres. Sendo assim, considerando-se o



panorama normativo exposto; o fato de as expressões questionadas serem equívocas, admitindo plurissignificação, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre temas processuais análogos, devem ser providos os pedidos i.1 e i.2.

26. Quanto ao pedido i.3, em que se solicita "assentar que o órgão jurisdicional responsável pela condução do processo de julgamento de crimes sexuais está obrigado a coibir com veemência essa prática inconstitucional, não só mediante a representação do agressor (qualquer dos sujeitos processuais) aos órgãos com atribuição para a sua responsabilização, penal e administrativa – sob pena de responsabilização nas esferas adequadas por descumprimento do dever legal –, como também por meio da completa desconsideração dessas alegações, sujeitando sua decisão à nulidade", trata-se de postulação de reconhecimento de dever legal, que poderia envolver, por exemplo, apuração de prevaricação de agentes públicos, o que, ao menos nos termos formulados na petição inicial, ultrapassa os limites do controle exercido na presente via.

### III - Conclusão

27. Ante o exposto, forte no reconhecimento do direito fundamental de todas e de cada vítima de crimes contra a dignidade sexual a um tratamento digno em todas as esferas do Poder Público, conclui-se que a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental deve ser julgada parcialmente procedente, com o acolhimento dos pedidos de interpretação conforme à Constituição da expressão “elementos alheios aos fatos objeto de apuração” contida no art. 400-A do CPP, assentando que é vedado às partes e a seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como elementos inseridos na expressão referida, nesse tipo de crime, assim como da expressão “bem como ao comportamento da vítima” contida no art. 59 do CP, para excluir a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

28. São essas as considerações que sugiro que sejam apresentadas ao Supremo Tribunal Federal a título de informações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1107.

Brasília, 19 de janeiro de 2024.

Maria Helena Martins Rocha Pedrosa  
Advogada da União  
Consultora da União

#### Documento anexo:

**INFORMAÇÕES n. 00002/2024/GAB-CONJUR-MM/CONJUR-MM/CGU/AGU**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00692003282202351 e da chave de acesso e42e0b80

#### Notas

- <sup>1</sup> *BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 112.*
- <sup>2</sup> *MATIDA, Janaina. Algumas reflexões probatórias para os crimes de gênero. Consultor Jurídico, 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jul-23/limite-penal-algumas-reflexoes-probatorias-crimes-genero/>>. Acesso em 18/01/2024.*

Documento assinado eletronicamente por MARIA HELENA MARTINS ROCHA PEDROSA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1383187755 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARIA HELENA MARTINS ROCHA PEDROSA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-01-2024 14:57. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---